

PREGÃO ELETRÔNICO
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE MATO GROSSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026 (9001/2026)

Processo Administrativo n. 016/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por meio do(a) COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS, sediado(a) Rua Procurador Carlos Antônio de Almeida Melo, s/n, bairro: Centro Político Administrativo, na cidade de Cuiabá/MT, CEP: 78049-920, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: **22/06/2026**

Hora Inicial: **09:30h (Horário de Brasília/DF)**

Local: **Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>**

Critério de Julgamento: **menor preço por item**

UASG: **389448**

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de equipamentos e materiais de tecnologia e infraestrutura conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Em caso de discrepância entre as especificações do objeto descritas no www.gov.br/compras e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não se aplica.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1.1. Poderão participar deste Pregão, exclusivamente, as microempresas – ME e as empresas de pequeno porte – EPP, que cumpram os requisitos legais para a qualificação instituídos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, cujo ramo de atividade seja compatível com

o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras

3.1.2. Os interessados deverão **atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe** até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por

cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#)

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4. e 3.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.4. e 3.7.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas

sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.10. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 5.5.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.5.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.6.** A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.7.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.9.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.10.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.10.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.10.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.11.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.13.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.14.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário do item expresso em Reais (R\$)

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante

6.1.4. quantidade cotada, devendo respeitar **o mínimo de 100% do quantitativo** do respectivo item informado no Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Os licitantes devem **respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico**;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da](#)

Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 5,00 (cinco real)**

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo **de disputa aberto**.

7.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro,

auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14.133/21.

7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

- 7.19.2.** O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.
- 7.19.3.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de **até 5% (cinco por cento)** serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.19.4.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.19.5.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.19.6.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, **será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.**
- 7.19.7.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 7.20.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 7.20.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 7.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 7.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.20.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.20.2.1. empresas brasileiras;
- 7.20.2.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.20.2.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#)

7.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, **na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação**, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>) ;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>) e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante

- 8.2.1. A consulta no **CEIS** quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei,
- 8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU
- 8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).
- 8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.5. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 8.8. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**
- 8.8.1. conter vícios insanáveis;
- 8.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável
- 8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas **valores inferiores a 50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.10.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, **poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.**

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos

direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em **até 02 horas**, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua

validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 9.17.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **9.12.1.**
- 9.18.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.19.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em **até 5 (cinco) dias úteis**; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

10.5. Os prazos dos itens 10.2. e 10.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente **será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a**

comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Não se aplica.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1.1. Não se aplica

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico crfmt.org.br

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

- 14.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 14.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
 - 14.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 14.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 14.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4.** A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de **10% a 15% do valor do contrato licitado**.
 - 14.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a **multa será de 20% a 30%** do valor do contrato licitado.
- 14.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, **e impedirá o responsável de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 14.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **14.1.4**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 14.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias** úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo **de até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: sistema e compras@crfmt.org.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

- 16.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal de compras do governo federal.
- 16.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.11.1.** ANEXO I - Termo de Referência.
 - 16.11.1.1.** Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
 - 16.11.2.** ANEXO II - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato
 - 16.11.3.** ANEXO III- Termo de Ciência e Concordância
 - 16.11.4.** ANEXO IV - Modelo de Proposta

Cuiabá/MT, 26 de maio de 2026



VERIDIANA GALETTI DE REZENDE
Presidente do CRF/MT

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21**TIPO DE CONTRATAÇÃO:** Aquisição de materiais**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico - Exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte**UNIDADE DEMANDANTE:** Coordenadoria de Tecnologia da Informação.**VALOR ESTIMADO:** R\$ 82.870,64**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de equipamentos e materiais de tecnologia e infraestrutura, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QTD	UNID	MEDIA PREÇO UNT – R\$	MEDIA DE PREÇO TOTAL – R\$
1	483857	BATERIA ESTACIONARIA SELADA 12V 18AH	4	UND	R\$ 380,05	R\$ 1.520,20
2	381737	CABO CONVERSOR DVI-D 24+1 MACHO PARA HDMI MACHO	15	UND	R\$ 24,53	R\$ 367,95
3	434366	CABO DISPLAYPORT MACHO PARA HDMI MACHO	15	UND	R\$ 28,07	R\$ 421,05
4	615067	CÂMERA DOME IP INTELBRAS VIP 3230 D SL G3	5	UND	R\$ 625,60	R\$ 3.128,00
5	611461	CÂMERA IP BULLET VIP 3830 B 4K INTELBRAS	3	UND	R\$ 1.025,93	R\$ 3.077,79
6	339811	FONTE DE ALIMENTAÇÃO ATX PARA COMPUTADOR (ALTA POTENCIA)	15	UND	R\$ 296,18	R\$ 4.442,70
7	462842	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER BROTHER DCP-L2540DW	2	UND	R\$ 3.399,24	R\$ 6.798,48
8	613011	MOCHILA PARA NOTEBOOK LENOVO B210 CASUAL 15.6"	4	UND	R\$ 249,19	R\$ 996,76
9	460338	NOTEBOOK 15" INTEL CORE I5 – 16 GB DDR4 – COM WIN11 PRO	4	UND	R\$ 4.423,95	R\$ 17.695,80
10	439348	SSD NVME 480GB M.2 2280	10	UND	R\$ 636,09	R\$ 6360,90

11	628629	SUORTE PARA MONITOR DUPLO ARTICULADO DE 17" A 35"	12	UND	R\$ 365,76	R\$ 4.389,12
12	615213	SUORTE PEDESTAL MÓVEL PARA TV ATÉ 85 POLEGADAS COM BANDEJA	1	UND	R\$ 983,09	R\$ 983,09
13	613323	TABLET SAMSUNG GALAXY TAB S10 FE 5G COM CAPA PROTETORA ARMADURA	8	UND	R\$ 4.086,10	R\$ 32.688,80
TOTAL GERAL						R\$ 82.870,64

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021

1.4. O fornecimento de bens não é enquadrado como continuado.

1.5. Ressalta-se que os quantitativos indicados neste Termo de Referência correspondem à totalidade da necessidade atual do CRF-MT, não se tratando de estimativa para contratações futuras, sendo a aquisição imediata e integral após a conclusão do procedimento licitatório.

1.6. Os objetos estão resumidos na tabela acima e descritos detalhadamente nas especificações técnicas apresentadas nos itens posteriores neste Termo de Referência.

1.6.1. (ITEM 01) BATERIA ESTACIONARIA SELADA 12V 18AH

1.6.1.1. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA:

1.6.1.1.1. Tipo: Bateria estacionária selada, do tipo chumbo-ácido regulada por válvula (VRLA);

1.6.1.1.2. Tensão nominal: 12V (volts) e capacidade nominal de 18 Amperes-hora (Ah), medida a 25°C;

1.6.1.1.3. Tecnologia: VRLA com separador do tipo AGM (Absorbent Glass Mat), totalmente selada, sem necessidade de manutenção;

1.6.1.1.4. Aplicação: Uso estacionário em sistemas de energia ininterrupta (UPS/Nobreaks), telecomunicações, centrais de alarme, sistemas de segurança eletrônica, CFTV, controle de acesso, automação predial e industrial;

1.6.1.1.5. Projeto de vida útil: Mínimo de 5 anos em regime de flutuação (standby), conforme classificação Eurobat "Standard Commercial" ou superior;

1.6.1.1.6. Eficiência de recombinação de gases: ≥99%, com válvula de segurança incorporada (VRLA);

1.6.1.1.7. Sistema de proteção: Válvulas de segurança para alívio de pressão e sistema anti-explosão (antiflamar);

1.6.1.1.8. Faixa de temperatura de operação, carga: 0°C a +40°C, Descarga: -15°C a +50°C, Armazenamento: -20°C a +50°C;

1.6.1.1.9. Gabinete: Caixa em material ABS de alta resistência mecânica e retardante à chama (UL94-HB ou superior);

1.6.1.1.10. Instalação: Uso estacionário; pode ser instalada na posição vertical ou horizontal, exceto invertida (de cabeça para baixo);

1.6.1.1.11. Terminais: Tipo F2 (faston 6,35 mm) ou compatível com terminais padrão para nobreaks e racks de baterias;

1.6.1.1.12. Normas e certificações: A bateria deverá atender às normas técnicas aplicáveis:

1.6.1.1.12.1. IEC 60896-21/22 (baterias estacionárias VRLA), ISO 9001 (gestão da qualidade), ISO 14001 (gestão ambiental); CE, UL ou equivalentes;

1.6.1.1.13. Dimensões físicas aproximadas: 181 x 77 x 167 mm (C x L x A), com tolerância de até $\pm 10\%$;

1.6.1.2. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO PRODUTO

1.6.1.2.1. A bateria deverá ser nova, original, lacrada e de fabricação recente (não superior a 6 meses);

1.6.1.2.2. O fornecedor deverá apresentar nota fiscal e garantia;



Imagem comparativa do item 01

1.6.2. (ITEM 02) CABO CONVERSOR DVI-D 24+1 MACHO PARA HDMI MACHO

1.6.2.1. Cabo conversor destinado à transmissão de sinal de vídeo digital, compatível com equipamentos que possuam interfaces DVI-D e HDMI, atendendo às seguintes especificações mínimas:

1.6.2.2. Tipo de conexão:

1.6.2.2.1. DVI-D macho (24+1 pinos) e HDMI macho (19 pinos)

1.6.2.3. Padrão HDMI:

1.6.2.3.1. Versão HDMI 1.3 ou superior, compatível com versões anteriores de vídeo digital

1.6.2.3.2. Transmissão de sinal de vídeo digital (não transmite áudio)

1.6.2.4. Resolução suportada:

1.6.2.4.1. Até 1920 x 1080 pixels (Full HD)

1.6.2.4.2. Frequência de até 120 Hz

1.6.2.5. Tecnologia:

1.6.2.5.1. Dual-Link, permite utilização tanto no sentido DVI-D para HDMI quanto HDMI para DVI-D

1.6.2.6. Comprimento mínimo do cabo: 01(um) metro e 80 (oitenta) centímetros

1.6.2.7. Cabo de alta densidade com blindagem tripla, garantindo proteção contra interferências eletromagnéticas e perda de sinal

1.6.2.8. Conectores com acabamento banhado a ouro, assegurando maior durabilidade, melhor condutividade e resistência à oxidação

1.6.2.9. Sistema Plug & Play, não necessitando de instalação de drivers ou softwares adicionais

1.6.2.10. Condição do produto:

1.6.2.10.1. Novo, de primeira linha, sem uso anterior

1.6.2.10.2. Garantia mínima: 01 (um) ano, a contar da data de recebimento definitivo do material, contra defeitos de fabricação.



Imagem comparativa do item 02

1.6.3. (ITEM 03) CABO DISPLAYPORT MACHO PARA HDMI MACHO

1.6.3.1. Cabo adaptador/conversor destinado à transmissão de áudio e vídeo em sinal digital, para conexão de equipamentos com saída DisplayPort a monitores, televisores ou projetores com entrada HDMI, atendendo às seguintes especificações mínimas:

1.6.3.2. Tipo de conexão:

1.6.3.2.1. DisplayPort macho, sendo da versão 1.1 ou superior, compatível com versões anteriores

1.6.3.3. HDMI macho (19 pinos) sendo a versão mínima do HDMI 1.3 ou superior

1.6.3.4. Direção do sinal:

1.6.3.4.1. Conversão unidirecional, exclusivamente de DisplayPort (fonte) para HDMI (display)

1.6.3.4.2. Não compatível para conversão no sentido HDMI para DisplayPort

1.6.3.5. Resolução suportada: No mínimo de 1920 x 1080 pixels (Full HD) sendo compatível com padrão anteriores 480i, 576i/p, 720i/p, 1080i e 1080p

1.6.3.6. Taxa de atualização de no mínimo 60 Hz (ou superior, conforme fabricante)

1.6.3.7. Imagens suportadas: 2D e 3D

1.6.3.8. Suporte a áudio: Sim, quando compatível com o equipamento de origem

1.6.3.9. Comprimento mínimo do cabo: 01(um) metro e 80 (oitenta) centímetros

1.6.3.10. Qualidade e construção: Condutores de cobre de alta pureza, com blindagem múltipla, garantindo proteção contra interferências eletromagnéticas e perda de sinal e revestimento externo em PVC de alta resistência ou material equivalente, com conectores com acabamento banhado a ouro ou tratamento anticorrosivo, assegurando maior durabilidade e melhor condutividade

1.6.3.11. Sistema Plug & Play, dispensando instalação de drivers ou softwares adicionais

1.6.3.12. Condição do produto: Novo, sem uso anterior, de primeira linha

1.6.3.13. Garantia mínima: 01 (um) ano, a contar da data de recebimento definitivo do material, contra defeitos de fabricação.



Imagem comparativa do item 03

1.6.4. (ITEM 04) CÂMERA DOME IP INTELBRAS VIP 3230 D SL G3

1.6.4.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

1.6.4.1.1. Modelo: Intelbras VIP 3230 D SL G3 ou equivalente/superior com as mesmas especificações;

1.6.4.1.2. Câmera de segurança “IP” do tipo “Dome” e de Cor: Branco

1.6.4.1.3. Finalidade: Monitoramento de ambientes internos e externos com alta qualidade de imagem e tecnologia avançada de compressão;

1.6.4.1.4. Com microfone embutido e detecção de áudio.

1.6.4.2. SENSOR DE IMAGEM E QUALIDADE DE VÍDEO

1.6.4.2.1. Sensor de imagem: CMOS 1/2.8” com progressiva de alta sensibilidade;

1.6.4.2.2. Resolução mínima: 2 megapixels (1920x1080 - Full HD);

1.6.4.2.3. Taxa de quadros (FPS): Até 30 fps em Full HD (1920x1080);

1.6.4.2.4. Iluminação mínima: 0,005 lux (colorido) e 0 lux (IR ligado);

1.6.4.2.5. Compensação de luz de fundo BLC/ DWDR (60 dB)/ HLC, para adaptação a variações de luz;

1.6.4.3. LENTE E CAMPO DE VISÃO

1.6.4.3.1. Tipo de lente: Fixa;

1.6.4.3.2. Distância focal: 2.8 mm;

1.6.4.3.3. Campo de visão mínima:

1.6.4.3.3.1. Horizontal: 107° e Vertical: 56°

1.6.4.4. INFRAESTRUTURA E RECURSOS DE REDE

1.6.4.4.1. Interface de rede: RJ-45 10/100 Mbps;

1.6.4.4.2. Padrão de compressão: H.265, H.264 e MJPEG para otimização do armazenamento;

1.6.4.4.3. Compatibilidade com ONVIF: Sim, perfil S e T;

1.6.4.4.4. Protocolos de rede suportados: IPv4, IPv6, HTTP, HTTPS, FTP, SMTP, UPnP, DNS, DDNS, RTP, RTSP, TCP, UDP, DHCP, NTP, QoS, 802.1X;

1.6.4.4.5. Slot para cartão microSD: Sim, suporta até 256 GB para armazenamento local;

1.6.4.5. ALIMENTAÇÃO E PROTEÇÃO

1.6.4.5.1. Alimentação: PoE (IEEE 802.3af) e 12V DC;

1.6.4.5.2. Proteção contra intempéries: IP67 (resistente à água e poeira);

1.6.4.5.3. Proteção contra surtos elétricos 15kV ou superior.

1.6.4.6. INFRAESTRUTURA PARA MONITORAMENTO E ARMAZENAMENTO

1.6.4.6.1. Compatibilidade com software Intelbras S.I.M. Plus e Intelbras Cloud;

1.6.4.6.2. Suporte à gravação em NVRs e servidores de armazenamento remoto;

1.6.4.6.3. Compatibilidade total com GRAVADOR DIGITAL 32 CANAIS NVD 1432 INTELBRAS;

1.6.4.6.4. Acesso remoto via aplicativo para smartphones (Android e iOS);

1.6.4.7. RECURSOS PARA AMBIENTES EXTERNOS E NOTURNOS

1.6.4.7.1. Proteção contra intempéries: IP67 (resistência à água e poeira);

1.6.4.7.2. Resistência a impactos: IK10 (proteção antivandalismo);

1.6.4.7.3. Alcance do infravermelho (IR): Até 30 metros com tecnologia Smart IR para melhor visibilidade noturna.

1.6.4.8. GARANTIA E QUALIDADE

1.6.4.8.1. Garantia mínima: 1 ano contra defeitos de fabricação;

1.6.4.8.2. Certificação Anatel: Obrigatória para funcionamento em rede IP;

1.6.4.8.3. Normas de compatibilidade: Padrões ONVIF e RTSP para integração

1.6.4.9. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

1.6.4.9.1. O equipamento deve ser novo, original, lacrado e com Nota Fiscal;

1.6.4.9.2. A contratante poderá exigir do fornecedor uma declaração de compatibilidade do equipamento com o modelo solicitado;



Imagem comparativa do item 04

1.6.5. (ITEM 05) CÂMERA IP BULLET VIP 3830 B 4K INTELBRAS
--

1.6.5.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

1.6.5.1.1. Modelo: Intelbras VIP 3830 B 4K ou equivalente/superior com as mesmas especificações;

1.6.5.1.2. Tipo: Câmera de segurança IP Bullet;

1.6.5.1.3. Finalidade: Monitoramento 24 horas para ambientes internos e externos;

1.6.5.1.4. Material da carcaça: Metálica com proteção contra intempéries na Cor: Branco.

1.6.5.2. SENSOR DE IMAGEM E QUALIDADE DE VÍDEO

1.6.5.2.1. Resolução máxima: 8 Megapixels (4K - 3840x2160 pixels);

1.6.5.2.2. Sensor de imagem: CMOS 1/2.7”;

1.6.5.2.3. Taxa de quadros (FPS): Até 15 FPS em 4K;

1.6.5.2.4. Iluminação mínima: 0,009 Lux (colorido) e 0 Lux (IR ativado);

1.6.5.2.5. Compressão de vídeo: H.265+, H.265, H.264+ e H.264;

1.6.5.2.6. Tecnologia WDR: Sim, WDR real 120 dB para melhor adaptação a variações de luz.

1.6.5.3. LENTE E CAMPO DE VISÃO

1.6.5.3.1. Tipo de lente: Fixa

1.6.5.3.2. Distância focal: 2.8 mm

1.6.5.3.3. Campo de visão mínima:

1.6.5.3.3.1. Horizontal: 87° e Vertical: 47° ou superior.

1.6.5.4. RECURSOS DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA

1.6.5.4.1. Análise de vídeo inteligente (IVA);

1.6.5.4.1.1. Detecção de movimento;

1.6.5.4.1.2. Identificação de objetos deixados/removidos;

1.6.5.4.1.3. Cerca virtual e cruzamento de linha;

1.6.5.4.1.4. Detecção de faces;

1.6.5.4.1.5. Reconhecimento de padrões de comportamento.

1.6.5.4.2. Função Day & Night: Sim, com filtro IR mecânico (ICR)

1.6.5.4.3. Alcance do Infravermelho (IR): Até 30 metros com tecnologia Smart IR

1.6.5.5. CONECTIVIDADE E ARMAZENAMENTO

1.6.5.5.1. Interface de rede: RJ-45 10/100 Mbps;

1.6.5.5.2. Padrão ONVIF: Sim, compatível com ONVIF Perfil S e T;

1.6.5.5.3. Compatibilidade total com GRAVADOR DIGITAL 32 CANAIS NVD 1432 INTELBRAS;

1.6.5.5.4. Slot para cartão microSD: Sim, suporta até 256GB para gravação local.

1.6.5.6. ALIMENTAÇÃO E PROTEÇÃO

1.6.5.6.1. Alimentação: PoE (IEEE 802.3af) e 12V DC

1.6.5.6.2. Proteção contra intempéries: IP67 (resistente à água e poeira)

1.6.5.6.3. Proteção contra surtos elétricos até 15kV.

1.6.5.7. GARANTIA E QUALIDADE

1.6.5.7.1. Garantia mínima: 1 ano contra defeitos de fabricação;

1.6.5.7.2. Certificação Anatel: Obrigatória para funcionamento em rede IP;

1.6.5.7.3. Normas de compatibilidade: Padrões ONVIF e RTSP para integração

1.6.5.8. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

1.6.5.8.1. O equipamento deve ser novo, original, lacrado e com Nota Fiscal;

1.6.5.8.2. A contratante poderá exigir do fornecedor uma declaração de compatibilidade do equipamento com o modelo solicitado;



Imagem comparativa do item 05

1.6.6. (ITEM 06) FONTE DE ALIMENTAÇÃO ATX PARA COMPUTADOR (ALTA POTENCIA)
--

1.6.6.1. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA:

1.6.6.1.1. Tipo: Fonte de alimentação tipo ATX, para uso em computadores de mesa padrão desktop/gabinete torre, na cor preto;

1.6.6.1.2. Potência mínima real: 500 Watts reais ou superior ideal para computadores de uso geral, estações de trabalho ou setups intermediários;

1.6.6.1.3. Voltagem: Bivolt automático (100-240V);

1.6.6.1.4. Conectores inclusos (no mínimo):

1.6.6.1.4.1. - 01 (um) Conector ATX 24 pinos (placa-mãe);

1.6.6.1.4.2. - 01 (um) Conector EPS 8 pinos (4+4) para CPU;

1.6.6.1.4.3. - 02 (dois) Conectores PCI Express (6+2 pinos) para placas de vídeo;

1.6.6.1.4.4. - 04 (um) Conectores SATA para unidades de armazenamento (HDs, SSDs);

1.6.6.1.4.5. - 02 (um) Conectores Molex (4 pinos) para periféricos adicionais;

1.6.6.1.5. Sistema de resfriamento: Ventoinha de no mínimo 120 mm, com controle térmico de rotação e baixo ruído;

1.6.6.1.6. Proteções integradas, a fonte deverá incluir, no mínimo, os seguintes circuitos de proteção, contra curto-circuito (SCP), sobretensão (OVP) e sobrecarga (OPP)

1.6.6.1.7. Certificações: CE / FCC / RoHS;

1.6.6.1.8. Garantia mínima: 12 meses contra defeitos de fabricação;

1.6.6.1.9. Uso recomendado: Equipamentos de informática padrão e configurações gamer de entrada ou uso corporativo com maior confiabilidade em relação a fontes genéricas;

1.6.6.1.10. Documentação exigida: O fornecedor deverá apresentar documentação técnica do produto ofertado (ficha técnica ou datasheet) comprovando o atendimento a todos os requisitos acima.



Imagem comparativa do item 06

1.6.7. (ITEM 07) IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER BROTHER DCP-L2540DW

1.6.7.1. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA:

1.6.7.1.1. Funções: Impressora, copiadora e scanner (multifuncional 3 em 1);

1.6.7.1.2. Tecnologia de impressão: Laser eletrofotográfica monocromática;

1.6.7.1.3. Velocidade de impressão: Mínimo de 30 páginas por minuto (ppm) em A4;

1.6.7.1.4. Resolução de impressão: Mínimo de 2400 x 600 dpi (HQ1200) para melhor definição de texto e gráficos;

1.6.7.1.5. Conectividade:

1.6.7.1.5.1. USB 2.0 de alta velocidade;

1.6.7.1.6. Rede Ethernet 10/100Base-TX;

1.6.7.1.7. Wireless IEEE 802.11b/g/n;

1.6.7.2. Função Duplex (frente e verso): Impressão automática em frente e verso;

1.6.7.3. Capacidade de papel:

1.6.7.3.1. Bandeja padrão para no mínimo 250 folhas;

1.6.7.3.2. Alimentador automático de documentos (ADF) para no mínimo 35 folhas;

1.6.7.3.3. Slot de alimentação manual para mídias especiais;

1.6.7.4. Tipo de papel suportado: Papel comum, reciclado, etiquetas e envelopes (formatos A4, Carta, Ofício, etc.);

1.6.7.5. Digitalização:

1.6.7.5.1. Resolução óptica mínima de 600 x 1200 dpi;

1.6.7.5.2. Formatos de saída de digitalização: PDF, JPEG, TIFF, entre outros;

1.6.7.6. Compatibilidade de sistemas operacionais: Windows 7 ou superior, Mac OS e Linux, com drivers oficiais disponíveis no site do fabricante;

1.6.7.7. Compatibilidade com suprimentos existentes: O modelo proposto deve utilizar os mesmos toners e cilindros atualmente utilizados no parque de impressoras do CRF-MT, garantindo compatibilidade com o cartucho de toner TN-2340 e cilindro DR-2340;

1.6.7.8. Dimensões aproximadas: 409 mm (L) x 398,5 mm (P) x 316,5 mm (A);

1.6.7.9. Peso aproximado: Até 11,5 kg;

1.6.7.10. Justificativa técnica: A padronização do modelo visa garantir compatibilidade com suprimentos já existentes, simplificação de gestão de estoque e manutenção preventiva/corretiva de forma unificada, assegurando a continuidade operacional do parque de impressoras atual;

1.6.7.11. Garantia mínima: 12 meses contra defeitos de fabricação.



Imagem do item 07

1.6.8. (ITEM 08) MOCHILA PARA NOTEBOOK LENOVO B210 CASUAL 15.6"
--

1.6.8.1. Especificação Técnica Mínima:

1.6.8.1.1. Tipo: Mochila para transporte de notebook, com compartimento interno acolchoado;

1.6.8.1.2. Compatibilidade: Capacidade para notebooks com tela de até 15,6 polegadas;

1.6.8.1.3. Material externo: Tecido resistente à água (poliéster ou nylon de alta resistência);

1.6.8.1.4. Compartimentos:

1.6.8.1.4.1. 01(um) - compartimento principal com divisória acolchoada para notebook;

1.6.8.1.4.2. Bolsos adicionais para acessórios (carregador, mouse, cadernos, etc.);

1.6.8.1.4.3. 01(um) bolso frontal com zíper para itens de acesso rápido;

1.6.8.1.5. Alças:

1.6.8.1.5.1. Alças de ombro ajustáveis, acolchoadas e ergonômicas;

1.6.8.1.5.2. Alça superior para transporte manual;

1.6.8.1.6. Cor: Preta (Black) ou Cinza (Grey);

1.6.8.1.7. Dimensões aproximadas: 45 cm (altura) x 34 cm (largura) x 15 cm (profundidade);

1.6.8.1.8. Peso aproximado: Até 500 gramas;

1.6.8.1.8.1. Características, design casual e discreto e costuras reforçadas e zíperes de alta durabilidade;

1.6.8.1.9. Modelo de referência: Lenovo B210 Casual 15.6" – utilizado como padrão institucional no CRF-MT; disponível em:

<https://www.lenovo.com/br/pt/p/accessories-and-software/cases-and-bags/backpacks/gx40q17228>

1.6.8.1.10. Equivalência: Serão aceitas somente mochilas com características iguais ou superiores ao modelo de referência, em termos de capacidade, compartimentação, material, acabamento e resistência;

1.6.8.1.11. Garantia mínima: 1 ano contra defeitos de fabricação.



Imagem comparativa do item 08

1.6.9. (ITEM 09) NOTEBOOK 15" INTEL CORE I5 – 16 GB DDR4 – COM WIN11 PRO

1.6.9.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

1.6.9.1.1.1. Processador

1.6.9.1.1.1.1. Modelo: Intel Core i5 de 13ª geração ou superior;

1.6.9.1.1.1.2. Com no mínimo 8 núcleos / 12 threads;

1.6.9.1.1.2. Memória RAM

1.6.9.1.1.2.1. Capacidade instalada: 16GB DDR4 de 3200MHz ou superior; com expansibilidade:

1.6.9.1.1.2.2. Suporte para até 32GB, e quantidade de slots: Mínimo de 2 slots, não serão aceitos equipamentos com memória totalmente soldada (onboard), sendo obrigatório no mínimo 1 slot de memória expansível.

1.6.9.1.1.3. Armazenamento

1.6.9.1.1.3.1. Tipo: SSD PCIe NVMe, com capacidade de 256GB ou superior e possibilidade de expansão com slot adicional M.2;

1.6.9.1.1.4. Portas USB

1.6.9.1.1.4.1. Mínimo de 2 portas USB 3.0 Tipo-A ou superior;

1.6.9.1.1.4.2. Mínimo de 1 porta USB-C com suporte a DisplayPort ou Power Delivery (carregamento).

1.6.9.1.1.5. Conectividade de Rede:

1.6.9.1.1.5.1. Rede cabeada, o equipamento deverá possuir conectividade de rede cabeada Gigabit Ethernet (10/100/1000 Mbps), atendida por uma das seguintes formas:

1.6.9.1.1.5.2. Placa de rede Ethernet (RJ-45) integrada ao notebook, com suporte às velocidades 10/100/1000 Mbps; ou

1.6.9.1.1.5.3. Adaptador Ethernet USB-C para RJ-45, a ser fornecido juntamente com o equipamento, com suporte às velocidades 10/100/1000 Mbps, totalmente compatível com o sistema operacional Windows 11 Pro, incluindo drivers e funcionamento nativo

1.6.9.1.1.5.4. Wi-Fi: mínimo Wi-Fi 6 – (802.11ax);

1.6.9.1.1.5.5. Bluetooth: mínimo Bluetooth 5.0.

1.6.9.1.1.6. Saídas de Vídeo:

1.6.9.1.1.6.1. 1x HDMI 1.4 ou superior

1.6.9.1.1.7. Áudio:

1.6.9.1.1.7.1. 1 entrada P2 (3,5mm) fone de ouvido e microfone embutido;

1.6.9.1.1.7.2. Alto-falantes estéreo integrados.

1.6.9.1.2. Tela e Vídeo

1.6.9.1.2.1. Tamanho mínimo: 15,6" polegadas;

1.6.9.1.2.2. Resolução mínima: 1920x1080 (Full HD) ou 1920 × 1200 (WUXGA);

1.6.9.1.2.3. Tecnologia do painel: IPS ou WVA, com ângulo de visão mínimo de 178°;

1.6.9.1.2.4. Antirreflexo: Sim e brilho mínimo de 250 nits;

1.6.9.1.2.5. Chip gráfico: Integrado ao processador (Intel UHD Graphics ou superior):

1.6.9.1.3. Bateria e Fonte de Alimentação

1.6.9.1.3.1. Capacidade da bateria: Mínimo de 3 células, 42Wh ou superior;

1.6.9.1.3.2. Carregamento rápido: Sim, mínimo de 50% de carga em até 45 minutos;

1.6.9.1.3.3. Adaptador de energia: Compatível com voltagem bivolt (100-240V)

1.6.9.1.4. Construção e Dimensões

1.6.9.1.4.1. Material do chassi: Plástico reforçado ou alumínio, resistente a impactos leves;

1.6.9.1.4.2. Peso máximo: Até 2,0 kg;

1.6.9.1.4.3. Teclado: Padrão ABNT2, com teclado numérico.

1.6.9.1.5. Sistema Operacional e Software

1.6.9.1.5.1. Sistema Operacional: Windows 11 Pro 64 bits original e pré-instalado;

1.6.9.1.5.2. Licenciamento: Deve ser fornecido com chave de ativação digital original e legalizada;

1.6.9.1.5.3. Drivers e suporte: Fornecimento de drivers compatíveis com Windows 11 Pro e suporte técnico.

1.6.9.1.6. Garantia e Certificações

1.6.9.1.6.1. Garantia mínima: 12 meses para hardware e peças;

1.6.9.1.6.2. O fabricante do equipamento deverá possuir assistência técnica autorizada no Brasil, com rede de suporte e fornecimento de peças de reposição durante o período de garantia.

1.6.9.1.6.3. Produto original, novo, lacrado e com Nota Fiscal;

1.6.9.1.7. Critérios de aceitação do produto

1.6.9.1.7.1. O equipamento deverá possuir especificações técnicas completas e publicamente disponíveis no site oficial do fabricante, não sendo aceitos produtos sem identificação clara de modelo, fabricante ou ficha técnica oficial.

1.6.9.1.7.2. Não serão aceitos equipamentos com componentes genéricos, remarcados, recondicionados ou sem comprovação de origem e autenticidade.

1.6.9.1.7.3. O equipamento deverá ser de fabricante consolidado no mercado de tecnologia da informação, com atuação comprovada na fabricação de notebooks corporativos, tais como Dell, Lenovo, HP, Acer, ASUS ou equivalentes, sendo vedado o fornecimento de equipamentos de marcas não reconhecidas ou sem representação no território nacional.

1.6.10. (ITEM 10) SSD NVME 480GB M.2 2280
--

1.6.10.1. Aquisição de Unidade de Armazenamento Interno do tipo SSD (Solid State Drive), com as seguintes especificações técnicas mínimas:

1.6.10.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS.

1.6.10.2.1. Interface e Protocolo: PCI Express (PCIe) geração 3.0 ou superior, com no mínimo 4 pistas (x4), compatível com protocolo NVMe versão 1.4 ou superior;

1.6.10.2.2. Formato: M.2 padrão 2280;

1.6.10.2.3. Capacidade de Armazenamento: mínimo de 480 GB;

1.6.10.2.4. Desempenho:

1.6.10.2.4.1. Velocidade de leitura sequencial: mínimo de **2.400 MB/s**;

1.6.10.2.4.2. Velocidade de gravação sequencial: mínimo de **1.800 MB/s**;

1.6.10.2.4.3. Desempenho aleatório (4K): mínimo de **200.000 IOPS para leitura e 150.000 IOPS para gravação**;

1.6.10.2.5. Durabilidade e Vida Útil:

1.6.10.2.5.1. Índice de resistência (TBW – Terabytes Written): mínimo de **520 TB**, garantindo uso prolongado em ambiente corporativo;

1.6.10.2.6. Compatibilidade:

1.6.10.2.6.1. Compatível com plataformas **Intel e AMD**, devendo funcionar em desktops e notebooks que possuam slot M.2 com suporte a NVMe;

1.6.10.2.7. Recursos e Tecnologias:

1.6.10.2.7.1. Suporte a tecnologia de correção de erros **LDPC (Low-Density Parity Check)** ou equivalente;

1.6.10.2.7.2. Criptografia de dados por hardware com padrão **AES de 256 bits** ou superior;

1.6.10.2.7.3. Sistema de dissipação térmica integrado (heat spreader ou equivalente), com capacidade de redução de temperatura operacional, contribuindo para estabilidade e desempenho;

1.6.10.2.8. Condições Gerais:

1.6.10.2.8.1. Produto novo, original de fábrica, sem uso;

1.6.10.2.8.2. Garantia mínima de **12 (doze) meses**;

1.6.10.2.8.3. Modelo de referência: Para fins exclusivos de referência técnica e de desempenho, foram considerados equipamentos similares aos seguintes modelos:

1.6.10.2.8.3.1. Samsung 980 500GB NVMe SSD

1.6.10.2.8.3.2. Kingston NV2 500GB NVMe SSD

1.6.10.2.8.3.3. WD Green SN350 480GB NVMe SSD

1.6.10.2.8.3.4. Crucial P3 500GB NVMe SSD

1.6.10.2.8.3.5. Lexar NM620 512GB NVMe SSD

1.6.10.2.9. Os modelos acima são indicados apenas como referência de qualidade e desempenho, não havendo obrigatoriedade de fornecimento de marca específica.

1.6.10.2.10. Serão aceitos produtos equivalentes, similares ou superiores, desde que atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.



Imagem comparativa do item 10

1.6.11. (ITEM 11) SUPORTE PARA MONITOR DUPLO ARTICULADO DE 17" A 35"

1.6.11.1. Especificação Técnica Mínima:

1.6.11.1.1. Suporte de mesa com braços articulados duplos, para dois monitores, com amortecedor a gás, compatível com telas de 17" a 35", no padrão VESA, com furações de 75x75 mm e 100x100 mm;

1.6.11.1.2. Ajuste de altura de 15 cm a 41 cm (medido do centro do monitor até a superfície da mesa), por meio de sistema de pistão a gás do tipo NB-F160, com

articulações projetadas para proporcionar movimentos suaves e estáveis de direção e altura, com mínimo esforço, permitindo ainda ajustes independentes para cada monitor e produto Ergonômico (Certificado NR17)

1.6.11.1.3. Inclinação vertical (tilt) de, no mínimo, +85° a -15°, rotação horizontal de até 180° para compartilhamento de informações e rotação de 360° para exibição em modo retrato ou paisagem;

1.6.11.1.4. Suporte com fixação em mesa por dois métodos: morsa (abraçadeira de pressão) e furação direta, compatível com tampos de até 90 mm de espessura;

1.6.11.1.5. Gerenciamento de cabos integrado com canaletas e/ou presilhas para organização dos fios nos braços;

1.6.11.1.6. Material: Aço carbono e/ou liga metálica com alta resistência mecânica;

1.6.11.1.7. Acabamento: pintura eletrostática ou epóxi, resistente à corrosão, na cor preta predominante;

1.6.11.1.8. Capacidade de carga: suportar, no mínimo, 2 kg por braço/monitor;

1.6.11.1.9. Fácil montagem com ferramentas e parafusos inclusos, manual de montagem em português;

1.6.11.1.10. Modelo de referência: Produto com características técnicas iguais ou superiores ao modelo **Suporte Articulado de Mesa com Pistão a Gás para 2 Monitores de 17" a 35" - F160N da ELG;**

1.6.11.1.11. Garantia mínima: 12 meses contra defeitos de fabricação;



Imagem comparativa do item 11

1.6.12. (ITEM 12) SUPORTE PEDESTAL MÓVEL PARA TV ATÉ 85 POLEGADAS COM BANDEJA
--

1.6.12.1. CAPACIDADE E COMPATIBILIDADE

1.6.12.1.1. Suporte pedestal móvel para televisores/monitores de tela plana (LED/LCD/OLED) com tamanho mínimo de 32" e máximo de 85 polegadas.

1.6.12.1.2. Compatível com padrões de furos VESA máximo de 600 x 400 mm ou superior.

1.6.12.2. Suporta peso mínimo de 60 kg (capacidade estática de carga).

1.6.12.3. ESTRUTURA E MATERIAIS

1.6.12.3.1. Estrutura principal em aço carbono, com tratamento anticorrosão e acabamento em pintura eletrostática na cor preta.

1.6.12.3.2. Componentes e soldas de qualidade, garantindo estabilidade e segurança da carga.

1.6.12.3.3. Perfil tubular robusto com seção transversal adequada para suportar carga vertical e horizontal sem vibrações.

1.6.12.4. MOVIMENTAÇÃO E AJUSTES

1.6.12.4.1. Sistema de rodízios com travas individuais, garantindo mobilidade suave e fixação segura em posição de uso.

1.6.12.4.2. Altura do suporte ajustável, com mecanismo seguro de regulagem, permitindo adaptação ergonômica conforme necessidade.

1.6.12.4.3. Inclinação do painel de fixação ajustável (tilt) para otimizar o ângulo de visão, conforme necessidade.

1.6.12.5. BANDEJAS E ACESSÓRIOS

1.6.12.5.1. Bandeja(s) ajustável(is) para equipamentos auxiliares (ex.: receptor, mini PC, teclado, mídia player, notebook, etc).

1.6.12.5.2. Bandeja com suporte de altura regulável e capacidade de carga mínima de 5 kg por bandeja.

1.6.12.5.3. A bandeja deve ser resistente e estável, com tratamento anticorrosão e acabamento compatível com o restante do suporte.

1.6.12.6. CABEAMENTO E ORGANIZAÇÃO

1.6.12.6.1. Sistema de gerenciamento/organização de cabos integrado à coluna/estrutura, garantindo arrumação dos cabos e estética visual.

1.6.12.6.2. Acessórios ou canaletas para passagem de cabos preferencialmente inclusos.

1.6.12.7. FIXAÇÃO DO EQUIPAMENTO

1.6.12.7.1. Kit completo de parafusos, buchas e acessórios compatíveis com os padrões VESA suportados, para instalação segura.

1.6.12.7.2. Todos os itens de fixação devem ser fornecidos novos, com material compatível com a aplicação pretendida.

1.6.12.8. SEGURANÇA E ESTABILIDADE

1.6.12.8.1. Suporte deve possuir base estável com rodízios dotados de travas para evitar deslocamentos.

1.6.12.8.2. Deve permitir instalação segura da TV sem risco de tombamento ou movimento involuntário.

1.6.12.9. GARANTIA

1.6.12.9.1. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, estruturais e de funcionamento.

1.6.12.9.2. O fornecedor deverá disponibilizar assistência técnica autorizada ou canal de atendimento para suporte durante o período de garantia.

1.6.12.10. CONDIÇÃO DO PRODUTO

1.6.12.10.1. O suporte deve ser novo, original de fábrica, sem uso anterior, com embalagem adequada e Nota Fiscal.

1.6.12.10.2. Manual de montagem em português ou inglês incluso.

1.6.12.11. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

1.6.12.11.1. O suporte será aceito após verificação física, conferência de compatibilidade com a TV de 85", estabilidade, funcionamento dos rodízios e conformidade com as especificações técnicas descritas.

1.6.12.11.2. Caso não atenda a qualquer das especificações, o produto poderá ser recusado ou substituído, sem ônus para o CONTRATANTE.



Imagem comparativa do item 12

1.6.13. (ITEM 13) TABLET SAMSUNG GALAXY TAB S9 FE 5G COM CAPA PROTETORA ARMADURA

1.6.13.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS.

1.6.13.1.1. TABLET

1.6.13.1.1.1. Marca e modelo: Samsung Galaxy Tab S10 FE 5G ou equivalente/superior;

1.6.13.1.1.2. Octa-core, com frequência mínima de 2.4 GHz, baseado em arquitetura recente e com desempenho equivalente ou superior ao chipset da linha Exynos 1380;

1.6.13.1.1.3. Memória RAM mínima de 8GB e armazenamento interno mínimo de 128GB, com suporte a expansão via cartão microSD de até 1TB;

1.6.13.1.1.4. Sistema operacional: Android 13 ou superior.

1.6.13.1.2. TELA E GRÁFICOS

1.6.13.1.2.1. Tamanho da tela: 10.9 polegadas;

1.6.13.1.2.2. Resolução: Mínimo de 2304 x 1440 pixels (WUXGA+);

1.6.13.1.2.3. Tecnologia do display: LCD IPS ou TFT de alta qualidade;

1.6.13.1.2.4. Taxa de atualização: Mínima de 90 Hz;

1.6.13.1.2.5. Suporte à caneta digital do tipo S Pen ou equivalente, já inclusa com o dispositivo.

1.6.13.1.3. CONECTIVIDADE E BATERIA

1.6.13.1.3.1. Conectividade móvel: 5G e 4G LTE;

1.6.13.1.3.2. Wi-Fi: Mínimo Wi-Fi 6 (802.11ax);

1.6.13.1.3.3. Bluetooth: Mínimo 5.2;

1.6.13.1.3.4. Porta de carregamento: USB-C com suporte a carregamento rápido;

1.6.13.1.3.5. Bateria: Capacidade mínima de 8.000mAh, com autonomia mínima de 10 horas em uso moderado.

1.6.13.1.4. CÂMERAS E RECURSOS ADICIONAIS

1.6.13.1.4.1. Câmera traseira: Mínimo de 8MP, com foco automático;

1.6.13.1.4.2. Câmera frontal: Mínimo de 12MP Ultra Wide para chamadas de vídeo em alta qualidade;

1.6.13.1.4.3. Alto-falantes: Estéreo, com suporte à tecnologia Dolby Atmos;

1.6.13.1.4.4. Resistência: Certificação IP68 (resistente à água e poeira).

1.6.13.2. CAPA PROTETORA DO TIPO ARMADURA

1.6.13.2.1.1. Estrutura reforçada com 3 camadas, em policarbonato e silicone resistente a impactos;

1.6.13.2.1.2. Compatibilidade: Exclusiva para Samsung Galaxy Tab S9 FE 10.9" ou para o mesmo equivalente/superior;

1.6.13.2.1.3. Recurso de rotação: Suporte giratório de 360°, permitindo ajustes ergonômicos;

1.6.13.2.1.4. Proteção contra quedas: Espessura reforçada nas laterais e cantos do dispositivo;

1.6.13.2.1.5. Frame Vazado como uma moldura, se encaixa no restante da case (o tablet fica no meio), mantendo o aparelho bem encaixado, sendo praticamente impossível ela sair em caso de queda acidental e capa protetora frontal de tela feita em polímero termoplástico (PET), feito em material TPU Flexível (Poliuretano termoplástico), com acabamento interno em microfibra para evitar riscos, ou em ABS, silicone industrial e poliéster ; cor predominante Preta

1.6.13.2.1.6. Alça de mão ajustável para melhor manuseio;

1.6.13.3. GARANTIA E CERTIFICAÇÕES

1.6.13.3.1. Garantia mínima: 12 meses contra defeitos de fabricação;

1.6.13.3.2. Produto original, novo, lacrado e com Nota Fiscal;

1.6.13.3.2.1. Certificações exigidas: ANATEL, CE, FCC e RoHS.

1.6.13.4. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO PRODUTO

1.6.13.4.1. O tablet deve ser novo, original e lacrado, na embalagem do fabricante;

1.6.13.4.2. O fornecedor deverá apresentar nota fiscal e certificação de compatibilidade com as especificações solicitadas;



Imagem comparativa do item 13

1.7. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto, descritas no comprasnet, e as especificações técnicas constantes deste Edital/Termo de Referência, prevalecerão estas descritas acima.

1.8. Mesmo em caso de expressa contradição entre as especificações acima citadas, não se alegará indução ao erro, devendo o licitante se atentar unicamente às descrições do objeto contidas neste Edital e Anexos.

1.9. Considerando o valor estimado da contratação e a natureza dos bens, a aquisição será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento **menor preço por item**, para **aquisição imediata**, não se caracterizando como Sistema de Registro de Preços.

1.10. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021)

2.1. Os produtos a serem adquiridos destinam-se ao Conselho Regional de Farmácia do Estado de Mato Grosso (CRF-MT), com o objetivo de promover a modernização e a manutenção dos sistemas e equipamentos de informática, utilizados pela entidade, considerando a conveniência para a Administração, torna-se pertinente a realização do devido procedimento para aquisição, atendendo às demandas provenientes dos setores do CRF/MT.

2.2. A aquisição seguirá as demandas descritas a seguir:

2.2.1. Aquisição de **BATERIA ESTACIONARIA SELADA 12V 18AH**, se faz necessária para a substituição da bateria atualmente utilizada no nobreak do rack principal de servidores e equipamentos de telecomunicação do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Mato Grosso – CRF-MT.

2.2.2. Tais baterias são essenciais para garantir a continuidade no fornecimento de energia em caso de oscilações ou interrupções, evitando quedas abruptas dos sistemas críticos de TI, como servidores, switches, roteadores e demais equipamentos responsáveis pela operação da rede institucional e pela segurança da informação.

2.2.3. A especificação do modelo selado, tipo chumbo-ácido com tecnologia VRLA (Valve Regulated Lead Acid) assegura maior confiabilidade, baixa manutenção e segurança, sendo apropriado para uso em ambientes fechados e controlados como o rack principal de TI. A capacidade de 12V 18Ah é compatível com as especificações técnicas do nobreak em uso, garantindo autonomia adequada e funcionamento contínuo durante eventuais falhas no fornecimento elétrico.

2.2.4. Essa substituição preventiva visa manter a estabilidade e a disponibilidade da infraestrutura tecnológica do CRF-MT, evitando prejuízos operacionais, perda de dados e interrupções em serviços essenciais, inclusive os prestados por sistemas corporativos e acessos externos.

2.2.5. A aquisição de **CABO CONVERSOR DVI-D 24+1 MACHO PARA HDMI MACHO**, justifica-se pela necessidade de substituição dos cabos VGA atualmente utilizados nos computadores deste Conselho, especialmente nos postos de trabalho que operam com configuração de dois monitores, prática já consolidada no CRFMT visando maior produtividade e eficiência operacional.

2.2.6. Atualmente, um dos monitores encontra-se conectado por meio de interface HDMI, enquanto o segundo monitor utiliza cabo VGA, tecnologia analógica que vem apresentando problemas recorrentes de compatibilidade, tais como distorção de imagem, perda de qualidade visual, instabilidade de sinal e dificuldade de ajuste de resolução, comprometendo o desempenho das atividades diárias dos servidores.

2.2.7. Considerando que os computadores disponíveis no CRFMT possuem saída de vídeo adicional no padrão DVI, e que os monitores em uso são compatíveis com entradas VGA e HDMI, a adoção do cabo conversor DVI-D para HDMI mostra-se a solução tecnicamente mais adequada, permitindo a migração integral para sinal digital, com maior estabilidade, melhor qualidade de imagem e eliminação das limitações inerentes à tecnologia VGA.

2.2.8. A substituição proposta possibilita ainda o aproveitamento da infraestrutura existente, sem a necessidade de aquisição de novos monitores ou placas de vídeo, promovendo padronização das conexões de vídeo, redução de falhas técnicas, melhoria da ergonomia visual dos usuários e otimização dos recursos públicos, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e razoabilidade.

2.2.9. Dessa forma, a aquisição do referido cabo atende plenamente às necessidades operacionais do CRFMT, garantindo melhor desempenho dos equipamentos e continuidade dos serviços administrativos

2.2.10. A aquisição de **CABO DISPLAYPORT MACHO PARA HDMI MACHO**, justifica-se pela necessidade de substituição dos cabos VGA atualmente utilizados em parte dos computadores deste Conselho, especialmente nos postos de trabalho que operam com dois monitores, configuração adotada pelo CRFMT com o objetivo de ampliar a produtividade, facilitar a visualização simultânea de sistemas e otimizar a execução das atividades administrativas.

2.2.11. Atualmente, observa-se que um dos monitores se encontra conectado por meio de interface HDMI, enquanto o segundo monitor utiliza cabo VGA, tecnologia analógica que tem apresentado problemas recorrentes de compatibilidade, tais

como distorções de imagem, perda de nitidez, instabilidade de sinal e limitações de resolução, impactando negativamente o desempenho e o conforto visual dos usuários.

2.2.12. Considerando que parte significativa dos computadores do CRFMT dispõe de saída de vídeo no padrão DisplayPort, e que os monitores em uso são compatíveis com entrada HDMI, a adoção do cabo conversor DisplayPort para HDMI apresenta-se como solução tecnicamente adequada e eficiente. Tal medida possibilita a migração do sinal analógico para o sinal digital, garantindo melhor qualidade de imagem, maior estabilidade na transmissão de áudio e vídeo e redução de falhas operacionais.

2.2.13. A substituição proposta permite, ainda, o aproveitamento integral dos equipamentos já existentes, evitando a necessidade de aquisição de novos monitores ou placas de vídeo, promovendo a padronização das conexões de vídeo, a modernização da infraestrutura tecnológica e a racionalização dos recursos públicos, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

2.2.14. Dessa forma, a aquisição dos cabos DisplayPort macho para HDMI macho atende plenamente às necessidades operacionais do CRFMT, assegurando melhores condições de trabalho aos servidores e maior confiabilidade no uso dos equipamentos de informática.

2.2.15. Atualmente, há a necessidade de reforçar o monitoramento das áreas de recepção das seccionais e da sede, garantindo maior segurança para os colaboradores, visitantes e usuários dos serviços do CRF-MT. A escolha da **CÂMERA DOME IP INTELBRAS VIP 3230 D SL G3** se justifica pelos seguintes fatores:

2.2.15.1. Alta qualidade de imagem (2MP, Full HD), permitindo identificação nítida de pessoas e objetos;

2.2.15.2. Visão noturna por infravermelho, possibilitando monitoramento mesmo em ambientes com baixa luminosidade;

2.2.15.3. Amplo ângulo de visão, ideal para monitorar áreas de recepção sem a necessidade de múltiplos dispositivos;

2.2.15.4. Integração com o sistema de videomonitoramento já existente, mantendo a padronização dos equipamentos utilizados no CRF-MT;

2.2.16. Atualmente, as câmeras VIP-S3020-G2 apresentam limitações técnicas que impactam a qualidade da captação de imagem durante as transmissões e gravações dos eventos realizados no CRF-MT. A substituição pelo modelo **CÂMERA IP BULLET VIP 3830 B 4K INTELBRAS** proporcionará:

2.2.16.1. A resolução 4K Ultra HD (8MP) garante imagens nítidas e detalhadas para transmissões ao vivo e gravações, proporcionando melhor desempenho em ambientes amplos, como plenário e auditório. Sua alta qualidade permite a captação de imagens mais abrangentes sem perda de definição, resultando em

maior clareza nas transmissões das sessões plenárias e oferecendo uma experiência aprimorada para os participantes remotos. Além disso, contribui para a melhoria na gravação e arquivamento das sessões, assegurando maior precisão na documentação audiovisual dos eventos

2.2.17. A aquisição do **FONTE DE ALIMENTAÇÃO ATX PARA COMPUTADOR (ALTA POTENCIA)** se justifica pela necessidade de manter a confiabilidade, estabilidade e desempenho dos equipamentos de informática utilizados no Conselho Regional de Farmácia do Estado de Mato Grosso – CRF-MT.

2.2.18. Com o aumento da demanda por processamento gráfico, multitarefa e execução de sistemas corporativos mais complexos, as estações de trabalho passaram a exigir maior capacidade energética. Assim, faz-se necessária a substituição ou padronização das fontes por modelos que ofereçam potência superior (acima de 500W), garantindo maior eficiência energética e menor risco de falhas.

2.2.19. Além disso, fontes com maior potência e melhor qualidade proporcionam maior durabilidade dos componentes internos, proteção contra variações elétricas e suporte a periféricos modernos, como placas de vídeo dedicadas e múltiplos dispositivos de armazenamento. Ressalta-se ainda que a presença de conectores SATA e PCIe é essencial para a compatibilidade com os equipamentos atualmente em uso e futuras atualizações.

2.2.20. Portanto, a aquisição visa assegurar que as estações de trabalho tenham o fornecimento adequado de energia, de forma segura e estável, contribuindo para a continuidade das atividades operacionais, prevenção de falhas e redução de custos com manutenção corretiva.

2.2.21. A aquisição da **IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER BROTHER DCP-L2540DW** para atender às demandas da Assessoria Jurídica do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Mato Grosso – CRF-MT.

2.2.22. A justificativa para a substituição está na obsolescência e esgotamento da vida útil da impressora atualmente em uso pela Assessoria Jurídica, modelo HP LaserJet 1022, que apresenta falhas recorrentes, dificuldade de reposição de peças e insumos, além de incompatibilidade com os padrões atuais de rede e produtividade.

2.2.23. A escolha pela impressora multifuncional Brother DCP-L2540DW deve-se ao fato de este modelo já integrar o parque tecnológico padronizado do CRF-MT, sendo plenamente compatível com os suprimentos (toner) e insumos utilizados, o que facilita a logística de manutenção, reposição e operação em rede. Trata-se de um equipamento que oferece impressão em duplex automático, conectividade wireless e funcionalidades de cópia e digitalização, essenciais para o fluxo de trabalho da área jurídica, que demanda agilidade e confiabilidade nos processos documentais.

2.2.24. Dessa forma, a aquisição proposta visa assegurar a continuidade e a eficiência das atividades da Assessoria Jurídica, além de contribuir para a padronização e racionalização de equipamentos de impressão na instituição.

2.2.25. A aquisição de **MOCHILA PARA NOTEBOOK LENOVO B210 CASUAL 15.6"** tem a finalidade de acomodar e proteger adequadamente os novos notebooks que estão sendo adquiridos pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado de Mato Grosso – CRF-MT.

2.2.26. As mochilas serão utilizadas por servidores que desempenham atividades externas, híbridas ou em trânsito entre setores, necessitando transportar com segurança os equipamentos de informática fornecidos pela instituição. O modelo Lenovo B210 foi escolhido por já estar padronizado no âmbito do CRF-MT, atendendo aos requisitos de compatibilidade com o tamanho dos notebooks adquiridos (até 15.6"), além de apresentar resistência, organização interna adequada, conforto e aparência profissional, características essenciais para o uso institucional.

2.2.27. A padronização deste modelo também contribui para facilitar processos de aquisição, reposição futura e controle patrimonial, promovendo uniformidade nos materiais distribuídos aos colaboradores.

2.2.28. Assim, a aquisição justifica-se como necessária para garantir a proteção física dos equipamentos portáteis, bem como a mobilidade e segurança dos servidores no desempenho de suas funções.

2.2.29. A aquisição de **NOTEBOOK 15" INTEL CORE I5 – 16 GB DDR4 – COM WIN11 PRO** justifica-se pela necessidade de modernização, substituição de equipamentos obsoletos e ampliação da infraestrutura tecnológica do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Mato Grosso (CRF-MT), visando garantir a continuidade, eficiência e qualidade das atividades administrativas e de fiscalização desenvolvidas pela Autarquia.

2.2.30. Atualmente, o CRF-MT dispõe de um notebook da marca HP equipado com processador Intel Core 2 Duo T6570, equipamento que se encontra tecnologicamente defasado, apresentando baixo desempenho, incompatibilidade com sistemas e softwares atualmente utilizados, limitações quanto à atualização do sistema operacional e dificuldades na execução de tarefas administrativas e operacionais, o que compromete a produtividade e a segurança da informação.

2.2.31. Adicionalmente, verifica-se a necessidade de substituição de outros notebooks atualmente em uso, da marca Lenovo, equipados com processadores Intel Core i3 de 6ª geração, que, embora mais recentes que o equipamento supracitado, também se encontram defasados em relação às demandas atuais, especialmente quanto à capacidade de processamento, memória, compatibilidade com o sistema operacional Windows 11 Pro e suporte adequado a multitarefas, uso de múltiplos monitores e aplicações corporativas.

2.2.32. A substituição e ampliação do parque tecnológico permitirão, portanto, a padronização dos equipamentos, melhoria do desempenho operacional, redução de falhas técnicas, maior vida útil dos ativos de tecnologia da informação e otimização dos recursos públicos, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público.

2.2.33. A aquisição de **SSD NVME 480GB M.2 2280** justifica-se pela inexistência de estoque disponível para reposição imediata em caso de falha ou defeito dos equipamentos em uso.

2.2.34. A ausência desses componentes pode ocasionar indisponibilidade de estações de trabalho, comprometendo a continuidade das atividades institucionais e a prestação dos serviços.

2.2.35. A escolha por tecnologia SSD NVMe se deve ao melhor desempenho, maior confiabilidade e maior vida útil em comparação aos dispositivos tradicionais, contribuindo para maior eficiência operacional.

2.2.36. Ressalta-se que as especificações técnicas foram definidas com base em padrões de mercado, garantindo qualidade mínima e ampla competitividade, sem direcionamento de marca.

2.2.37. Dessa forma, a contratação visa assegurar a continuidade dos serviços, reduzir riscos operacionais e manter o adequado funcionamento da infraestrutura de TI.

2.2.38. A aquisição de **SUPORTE PARA MONITOR DUPLO ARTICULADO DE 17" A 35"** tem como finalidade promover melhor ergonomia e eficiência no ambiente de trabalho dos servidores do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Mato Grosso – CRF-MT.

2.2.39. A utilização simultânea de dois monitores tornou-se uma prática comum nas rotinas institucionais, especialmente em atividades que envolvem múltiplas janelas, análise de dados, produção documental, atendimento remoto e acesso a sistemas internos. No entanto, a disposição dos monitores diretamente sobre a mesa, sem regulagem adequada de altura, ângulo e distância, pode causar desconfortos físicos e problemas posturais, comprometendo a saúde ocupacional dos usuários.

2.2.40. O suporte articulado permite a regulagem individualizada da posição dos monitores, promovendo adequação ergonômica às normas de segurança do trabalho, além de otimizar o espaço físico das estações, proporcionando mais organização e limpeza visual.

2.2.41. A escolha de suportes com compatibilidade para telas de 17" a 35", com ajustes de inclinação, rotação e altura, assegura versatilidade e durabilidade, permitindo adaptação aos diferentes tamanhos de monitores em uso ou planejados.

2.2.42. Portanto, a aquisição justifica-se como medida essencial para melhorar o conforto, a produtividade e a saúde dos servidores, alinhando-se às boas práticas de ergonomia e à modernização dos postos de trabalho.

2.2.43. A aquisição de **SUPORTE PEDESTAL MÓVEL PARA TV ATÉ 85 POLEGADAS COM BANDEJA** justifica-se pela necessidade de instalação adequada de uma televisão de 85 polegadas no Auditório do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Mato Grosso (CRF-MT), com a finalidade de substituir o equipamento de projeção atualmente utilizado, o qual se encontra tecnologicamente

defasado, apresentando limitações quanto à qualidade de imagem, luminosidade, resolução e confiabilidade durante a realização de eventos institucionais.

2.2.44. O projetor atualmente em uso demonstra baixo desempenho em ambientes com iluminação.

2.2.45. Diante desse cenário, optou-se pela adoção de uma TV de grande porte (85 polegadas), que proporciona melhor qualidade de imagem, maior nitidez, contraste superior, maior confiabilidade operacional e menor necessidade de manutenção, garantindo adequada visualização dos conteúdos exibidos a todos os participantes do auditório, independentemente das condições de iluminação do ambiente.

2.2.46. Para viabilizar a utilização adequada e segura desse equipamento, faz-se necessária a aquisição de um suporte pedestal móvel compatível, que permita a instalação estável da TV, além de oferecer mobilidade, possibilitando sua utilização em diferentes configurações do espaço e em outros ambientes institucionais, quando necessário. O suporte com bandeja integrada também possibilita o uso de equipamentos auxiliares, como notebooks, reprodutores de mídia e outros dispositivos, de forma organizada e funcional.

2.2.47. Dessa forma, a aquisição do suporte pedestal móvel para TV de 85 polegadas mostra-se necessária, adequada e plenamente justificada, assegurando melhores condições de uso do auditório e maior qualidade na realização das atividades institucionais do CRF-MT.

2.2.48. A aquisição do **TABLET SAMSUNG GALAXY TAB S9 FE 5G COM CAPA PROTETORA ARMADURA** faz-se necessária para promover a substituição integral dos tablets atualmente utilizados pela equipe de fiscalização do CRF-MT, bem como para a disponibilização de um equipamento de contingência, assegurando a continuidade e a eficiência das atividades fiscalizatórias.

2.2.49. Atualmente, o CRF-MT dispõe de 07 (sete) tablets modelo Galaxy Tab S6 com S Pen, os quais se encontram tecnologicamente defasados, apresentando limitações de desempenho, desgaste natural decorrente do uso contínuo em campo, incompatibilidade progressiva com aplicações e sistemas atualizados, além de maior suscetibilidade a falhas e avarias.

2.2.50. Considerando a natureza das atividades de fiscalização, que exigem mobilidade, conectividade, confiabilidade e desempenho adequado, a substituição dos referidos equipamentos por modelos mais atuais, robustos e compatíveis com as demandas operacionais mostra-se necessária para garantir a continuidade dos serviços, a segurança das informações e a eficiência no registro e execução das ações fiscalizatórias.

2.2.51. Ademais, a aquisição de uma unidade adicional como equipamento reserva permitirá ao CRF-MT dispor de um tablet de contingência, possibilitando a substituição imediata em caso de falha, avaria ou manutenção de qualquer um dos dispositivos em uso, evitando prejuízos operacionais, interrupções nas atividades de fiscalização e impactos negativos ao cumprimento das atribuições institucionais

2.3. A contratação decorrente do presente Termo de Referência visa evitar situações emergenciais que demandem dispensa de licitação, assegurando planejamento, celeridade e eficiência no atendimento às demandas relacionadas à manutenção das atividades meio e fim do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Mato Grosso (CRF/MT).

2.4. Considerando que o CRF/MT possui dotação orçamentária disponível para a aquisição dos itens constantes neste Termo de Referência, conforme planejamento de despesas do exercício vigente;

2.5. Considerando a necessidade de aquisição de materiais e equipamentos diversos, com o objetivo de promover melhores condições estruturais de trabalho aos servidores e colaboradores do Conselho, garantindo, assim, qualidade no atendimento ao público e maior segurança institucional;

2.6. Considerando que as aquisições serão realizadas de forma pontual e vinculada ao processo licitatório, com quantitativos previamente definidos neste Termo de Referência;

2.7. Considerando que a contratação será imediata e obrigatória após o encerramento do certame, conforme previsto na legislação vigente, com os respectivos compromissos contratuais assumidos pelas partes;

2.8. Considerando que os fornecedores deverão assegurar a entrega dos produtos conforme as especificações técnicas, prazos e condições estabelecidos no edital e seus anexos, garantindo a qualidade e regularidade no fornecimento;

2.9. Considerando, ainda, que a aquisição proposta visa atender necessidades específicas já identificadas pelo setor demandante, sendo essencial para o pleno funcionamento das unidades do CRF/MT.

2.10. A presente contratação está fundamentada em Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, no qual foram analisadas as necessidades do CRF-MT, as soluções disponíveis no mercado, os aspectos técnicos e econômicos, bem como a estimativa de custos, tendo sido identificada a aquisição imediata dos bens descritos neste Termo de Referência como a solução mais adequada e vantajosa para a Administração.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. Considerando o ciclo de vida dos objetos adquiridos, a escolha dos produtos será baseada em critérios de durabilidade, funcionalidade e ergonomia. Todos os itens deverão ser de alta qualidade para garantir uma longa vida útil e reduzir a necessidade de substituições frequentes, promovendo, assim, uma gestão eficiente dos recursos financeiros.

3.2. A implementação dessas aquisições garantirá aos colaboradores maior eficiência em suas atividades diárias, além de atender às exigências legais e promover um ambiente organizacional mais produtivo e saudável.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

Requisitos do Negócio

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) característica(s) ou modelo(s), de acordo com o Termo de Referência, e além disso, as propostas devem incluir informações detalhadas sobre o ciclo de vida dos produtos, condições de garantia, e suporte técnico.

4.1.2. O processo de contratação deve assegurar a transparência e a competitividade, buscando-se a melhor relação custo-benefício. Para isso, serão analisadas não apenas as propostas financeiras, mas também a qualidade dos materiais, prazos de entrega e condições de pagamento.

4.1.3. A contratação será formalizada por meio de contrato administrativo ou instrumento equivalente (nota de empenho), nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, considerando o valor e a natureza da aquisição.

4.1.4. O contrato incluirá cláusulas específicas para garantia e assistência técnica, com prazos definidos para resolução de eventuais problemas, assegurando que o CRF/MT terá suporte contínuo e eficaz para quaisquer necessidades que surgirem durante a utilização dos bens.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

Sustentabilidade:

4.4. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no Pregão Eletrônico como requisito previsto em lei especial.

Subcontratação:

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pela razão abaixo:

4.6.1. a entrega será imediata (até 20 dias após o recebimento da ordem de fornecimento ou empenho)

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Após a homologação da licitação será enviada à(s) Adjudicatária(s), através de e-mail, a(s) respectiva(s) ordem de fornecimento ou Nota(s) de Empenho(s) referente ao objeto contratado.

5.2. O Aceite da Nota de Empenho emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

5.2.1. A referida Nota substituirá o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

5.2.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Pregão e seus anexos;

Condições de Entrega.

5.3. O prazo máximo para entrega dos materiais será de até **20 (vinte) dias corridos**, contados a partir da data do recebimento, pelo fornecedor, da Nota de Empenho ou da Ordem de Fornecimento de Bens - OFB, a ser entregue no seguinte endereço **Rua Procurador Carlos Antônio de Almeida Melo, s/n- Centro Político Administrativo – CPA – Cuiabá/MT – CEP: 78049-920 -Telefone: 3619-5211 – www.crfmt.org.br – E-mail: compras@crfmt.org.br.**

5.4. Caso não seja possível prontificar na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, contadas a partir da ordem de fornecimento, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado ressalvadas situações de caso fortuito e força maior

5.5. O fornecedor deverá garantir que os produtos sejam entregues em perfeitas condições, dentro das especificações contidas no "relatório dos materiais a serem licitados" anexo e este TR e, em embalagens apropriadas visando garantir a completa cobertura de suas funcionalidades.

5.6. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.7. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.8. Os bens serão recebidos definitivamente **no prazo de 5 (dias) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.8.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

6.1. O prazo de garantia contratual dos bens, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6.1.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

6.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

6.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

6.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

6.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

6.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

6.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

6.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

6.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

6.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6.12. O fornecedor contratado deverá fornecer garantia das instalações por 12 (doze) meses, para a execução dos serviços prestados, independente da garantia fornecida pelo fabricante dos equipamentos.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

7.1. O objeto contratado deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as disposições deste Termo e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3. A execução do objeto contratado deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

7.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7.11. A vigência contratual será limitada ao prazo necessário para a entrega dos bens, recebimento definitivo e término das garantias legais, não se caracterizando como contrato continuado.

8. CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

8.1. Recebimento

8.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, junto com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo

acompanhamento do contrato, para posterior verificação de conformidade com as especificações do Termo de Referência e proposta.

8.1.2. Os bens podem ser rejeitados, total ou parcialmente, inclusive antes do recebimento provisório, se não atenderem às especificações. Nestes casos, a substituição deve ocorrer em até **10 (dez) dias úteis**, sem custo adicional.

8.1.3. O recebimento definitivo será feito em até 10 dias úteis após o recebimento da nota fiscal, sendo verificada a qualidade e quantidade do material e elaborado termo de aceitação. Para contratações de menor valor, o prazo para recebimento definitivo é de até 5 dias úteis, prorrogáveis se houver necessidade de verificações adicionais.

8.1.4. Em caso de controvérsias sobre a execução do objeto, o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021 deve ser observado, e a empresa será comunicada para emitir a Nota Fiscal referente à parte não controversa do objeto.

8.1.5. O prazo para solução de inconsistências não será considerado no recebimento definitivo. Além disso, o recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e ética pela execução do contrato.

8.1.6. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.1.7. será realizada por meio de comparação das especificações constantes dos prospectos do fabricante do equipamento; e

8.1.8. o CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do bem ou à prestação dos serviços contratados, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

8.1.9. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo Contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

IAE – INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO		
Tópico	Descrição	
Finalidade	<i>Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens.</i>	
Meta a cumprir -	IAE <	<i>A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Fornecimento</i>

	= 0	<i>de Bens dentro do prazo previsto.</i>
Instrumento de medição	<i>OFB, Termo de Recebimento Provisório (TRP)</i>	
Forma de acompanhamento	<p><i>A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OFB.</i></p> <p><i>Será subtraída a data de entrega dos produtos da OFB (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OFB.</i></p>	
Periodicidade	<i>Para cada Ordem de Fornecimento de Bens encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.</i>	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>IAE = <u>TEX – TEST</u></p> <p>Onde:</p> <p>IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OFB;</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OFB, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OFB.</p> <p>A data de início será aquela constante na OFB; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OFB.</p> <p>A data de entrega da OFB deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes neste Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OFB continua a correr, findando-se apenas quanto o Contratado entrega os produtos da OFB e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a execução da OFB – constante na OFB, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>	
Observações	<p><i>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</i></p> <p><i>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</i></p>	
Início de Vigência	<i>A partir da emissão da OFB.</i>	

Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<i>Para valores do indicador IAE: Menor ou igual a 0 – Pagamento integral da OFB; De 1 a 60 - aplicar-se-á glosa de 0,1666% por dia de atraso sobre o valor da OFB ou fração em atraso. Acima de 60 - aplicar-se-á glosa de 10% bem como multa de 2% sobre o valor OFB ou fração em atraso.</i>
--	--

8.2. Liquidação de Pagamentos

8.2.1. Após o recebimento da Nota Fiscal, haverá um prazo de até 10 dias úteis para liquidação, podendo ser prorrogado.

8.2.2. O setor responsável deve verificar se a nota fiscal contém: prazo de validade, data de emissão, dados do contrato e do contratante, período de execução, valor a pagar, e destaque de retenções tributárias.

8.2.3. Caso haja erro na nota fiscal ou qualquer impedimento para liquidação, o processo será suspenso até a correção da situação, sem custos ao contratante.

8.3. Prazo de Pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 dias úteis, contados a partir da finalização da liquidação da despesa, conforme a seção anterior e de acordo com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.3.2. Em caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente, desde o término do prazo de pagamento até a data efetiva, utilizando o índice IPCA para correção.

8.4. Forma de Pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado via ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. A data do pagamento será considerada a do dia em que a ordem bancária for emitida.

9. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA.

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico e o julgamento das propostas será realizado pelo critério de menor preço por item, nos termos do art. 33, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.4. Habilitação Jurídica

9.4.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.4.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>

9.4.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.4.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.4.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971

9.4.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.5. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

9.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.5.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.6. Qualificação Econômico-Financeira

9.6.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais; (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, inciso I).

9.6.2. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, inciso II).

9.6.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.7. Qualificação Técnica

9.7.1. Considerando a natureza comum, padronizada e de entrega imediata dos bens descritos neste Termo de Referência, não será exigida a comprovação de aptidão técnica específica (qualificação técnica) dos licitantes para a execução do objeto, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

9.7.2. A aferição da capacidade de fornecimento será feita por meio da verificação da conformidade dos produtos entregues com as especificações técnicas exigidas e dos prazos estabelecidos no contrato, cabendo à Administração realizar inspeção e testes de recebimento, conforme previsto neste Termo.

9.8. Disposições gerais sobre habilitação

9.8.1. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.8.2.

9.8.3. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.8.4. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

10.1. O custo estimado desta contratação é de **R\$ 82.870,64** (oitenta e dois mil, oitocentos e setenta reais e sessenta e quatro centavos). O valor definitivo será conhecido após a etapa de lances, e será inferior, superior ou igual ao custo estimado.

10.2. O valor estimado da contratação foi definido com base em pesquisa de preços realizada junto a fornecedores do mercado, conforme documentação acostada ao processo administrativo, observando-se os parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, representando valor compatível com os preços praticados no mercado e adequado à solução escolhida no Estudo Técnico Preliminar.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

11.1. A presente contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sendo a aquisição dos itens condicionada à efetiva necessidade e à programação orçamentária do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Mato Grosso (CRF-MT).

11.2. No momento da elaboração deste Termo de Referência, há dotação orçamentária prevista para a aquisição dos itens no exercício de 2026, conforme planejamento institucional, observando-se os princípios da legalidade, economicidade e eficiência.

11.3. Para atender a referida despesa, o recurso orçamentário será disponibilizado através das contas contábeis abaixo:

6.2.2.1.1.02.01.03.008 — Equipamento de Processamento de Dados (TIC).

6.2.2.1.1.02.01.03.009 - Máquinas e Equipamentos Energéticos

6.2.2.1.1.02.01.03.013 – Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos**6.2.2.1.1.02.01.03.014 -- Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro**

11.4. A formalização da contratação será precedida da devida reserva orçamentária, conforme disposto no art. 8º, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NOS PAGAMENTOS

12.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução do contrato, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de (48) horas úteis.	Multa de 0,5 (zero virgula cinco) % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 30 (trinta) dias úteis
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE	Glosa de 1(um) % sobre o valor da OF para valores do indicador IAE de 0,11 a 0,20.
		Glosa de 1,5 (um e meio) % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,21 a 0,30.
		Glosa de 2 (dois) % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,31 a 0,50.
		Glosa de 4 (quatro) % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,51 a 1,00
		Multa de 1 (um) % sobre o valor do Contrato e Glosa de 5 (cinco) % sobre o valor da OS, para valores do indicador IAE maiores que 1,00
3	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 5 (cinco) % do valor total do Contrato.

12.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

12.2.1. . não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas;

12.3. 8.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.4.4. Multa

12.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no **item “d”**, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

12.4.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

12.4.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, **de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

12.4.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, **de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

12.4.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, **de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

12.4.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, **de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

12.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

12.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Apêndice do Termo de Referência

Estudo Preliminar

Aquisição de equipamentos de informática, áudio e vídeo, para a modernização e expansão do parque computacional do CRF-MT.

ANEXO II

REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO

REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato à Nota de Empenho, a Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo IV).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. REAJUSTE

3.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano

contado da data do orçamento estimado, em 13/04/2026.

3.2. Após o interregno de um ano, conforme o caso, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. São obrigações do Contratante:

4.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

4.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência.

4.1.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

4.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

4.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

4.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

4.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

4.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial do CRF/MT para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

4.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

4.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias.

4.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

5.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português.

5.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de **acordo com o Código de Defesa do Consumidor**;

5.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- 5.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 5.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 5.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 5.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 5.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 5.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 5.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 5.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 5.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 5.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 5.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 5.1.11 Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 5.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 5.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 5.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 5.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 5.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 5.1.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos,

exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

5.1.18 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

5.1.19 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

5.1.20 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

5.1.21 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

5.1.22 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

6.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.5.3 Indenizações e multas.

6.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou

que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

9.1. É eleito o Foro da Justiça Federal em Cuiabá/MT, Seção Judiciária do Mato Grosso, para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta contratação que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21

ANEXO III TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no **Editais**, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o **Pregão** nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.....

(Nome e Cargo do Representante Legal)

ANEXO IV
- MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Ao Conselho Regional de Farmácia do Estado de Mato Grosso

Referência: Pregão Eletrônico n. 001/2026 – Proc. Administrativo n. 016/2026

Empresa (Nome Fantasia)

(Razão Social)

(Nº CNPJ)

(Endereço)

(Telefone) -(E-mail)

Banco _____ Agência _____ Conta _____

Dados do representante legal:

Nome: _____ CPF: _____

Cargo/Função: _____

Fornecedor: (Nome da empresa e nº CNPJ)					
Item	Especificação com marca e modelo	Unidade de Medida	Qde	Valor Unitário	Valor Total
01	...	Ex: Caixa Pacote Unidade
02
Valor Total					R\$...

Valor total da proposta: R\$ _____,

- Prazo de entrega: _____
- Validade da proposta: mínimo **60 dias**
- Local de entrega: ____ (de acordo com o órgão a ser fornecido)____

Declaro que aceito integralmente todas as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Local, ____ de _____ de 202____

Assinatura

(NOME DO REPRESENTANTE)

(cargo ocupado na empresa)